



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 16/2015

----- Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto conforme justificação apresentada, procedendo-se à sua substituição.

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram presentes atas para discussão e aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, quatrocentos e nove mil, quinhentos e setenta e um euros e trinta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e trinta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

----- **PROPOSTA DE DESIGNAÇÕES TOPONÍMICAS PARA DIVERSOS ARRUAMENTOS NAS LOCALIDADES DE OUTEIRO DA CORTIÇADA, CORREIAS E VALE MARINHAS** -----

----- **PROPOSTA DE DESIGNAÇÕES TOPONÍMICAS PARA DIVERSOS ARRUAMENTOS NA CIDADE E FREGUESIA DE RIO MAIOR** -----

----- **ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2º TRIMESTRE 2015** -----

----- **CICLO ANUAL DE REVISÃO TARIFÁRIA 2016 - ENTIDADES GESTORAS MUNICIPAIS EM MODELO DE GESTÃO DELEGADA OU DE GESTÃO DIRETA QUE PRESTAM SERVIÇOS DE ÁGUAS OU DE RESÍDUOS** -----

----- **DESCARGA DE EFLUENTE NO RIO MAIOR** -----

----- **TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DA ANTIGA EN1 – BRINÇAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca das descargas de efluente no rio Maior referiu que se trata de uma situação já falada e que foram inclusive tomadas todas as medidas pelo Executivo Municipal contactando as entidades competentes, dizendo que, no entanto, nenhuma das ações do Executivo gerou alguma atuação dessas mesmas entidades e pode ainda constatar-se que o rio está com um cheiro nauseabundo desconhecendo se por não ter sido tratado após as descargas anteriores se por ter sido feita nova descarga. Alertou que existem imensas queixas das pessoas e em especial daquelas que vivem nas zonas junto ao rio. Disse ainda que também em São João da Ribeira o rio apresenta uma cor vermelha escura/acastanhada, com um cheiro nauseabundo, e considerou muito grave ainda não ter sido dada resposta pelas entidades competentes. Por fim apelou a que fosse feita insistência junto das entidades para que esta situação seja controlada e resolvido o problema. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se assiste a dois problemas que se agravam diariamente, o primeiro diz respeito à altura de crise as empresas passam neste momento, que leva a uma maior poupança que muitas vezes passa por não respeitar as exigências que a lei obriga e o segundo ao facto de ser agosto, que é por natureza um mês de pouca circulação de água acentuando o problema. Disse tratar-se de um problema de saúde pública, que não se trata apenas de um problema da poluição dos caudais, já que esta poluição agrega um problema de cheiros nauseabundos e permanentes. Considerou que deve ser feita uma reflexão acerca das ações a tomar porque, embora do ponto de vista formal a Câmara tenha feito o que é possível fazer, denunciando, exigindo o cumprimento da lei e pressionando para a resolução do problema, verificou-se que não basta e que têm que ser tomadas outro tipo de medidas e iniciativas que respeitem a saúde dos cidadãos e um bem essencial que são os rios. Afirmou ainda que se não houver uma tomada de posição assente na sensibilização e na

demonstração de força relativamente ao que está a acontecer no rio Maior e na ribeira de São Gregório e ao ambiente, brevemente se assistirá ao facto das pessoas deixarem de vir viver para Rio maior por não existirem condições de saúde pública. ----

----- De seguida, relativamente à Escola Profissional de Rio Maior, realçou o rigor e a capacidade de encontrar soluções para as dificuldades que têm aparecido mantendo uma empresa equilibrada e com capacidade de futuros investimentos. Continuou dizendo que no segundo trimestre de 2015 se acentua aquilo que é hoje comum em todas as escolas, em particular nas escolas profissionais, que é a escassez de verbas e a espera pelo quadro comunitário que, espera, possa beneficiar cada vez mais o ensino profissional e conseguir mais bons exemplos como as três alunas que foram à RTP 2, com um projeto inovador que mereceu mais de vinte minutos de mostra. -----

----- Congratulou-se pelos resultados e disse esperar que seja definida de uma vez por todas a forma de financiamento das escolas profissionais na perspetiva de maior investimento relativamente aos POPH que agora aguardam os fundos. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Felicitou o Conselho de Gerência da Escola Profissional e todos os envolvidos nos resultados que vão continuando a apresentar, por se tratar de uma escola importante no concelho e que ao longo dos anos tem constituído uma honra para todos. Deixou, por isso, o voto de confiança e reconhecimento para mais um ano letivo. -----

----- Relativamente às questões da poluição considerou que pode ser feita mais qualquer coisa porque Rio Maior escolheu como opção ser a cidade do desporto, associando a isso a qualidade de vida, a qualidade de receção pessoas, de atletas e de alunos, e que ao fazer essa opção tem que existir efetivamente qualidade de vivência sã. Nesse sentido considerou que há que se fazer escolhas e ser rigoroso naquilo que não interessa à cidade e ao concelho. Pediu o empenhamento do Executivo, para além de todo aquele que já demonstrou ter, e dos próprios serviços no sentido de se tentar identificar os responsáveis e também em pressionar as entidades que tutelam estas áreas demonstrando que Rio Maior não se reconhece neste tipo de prática que não respeita o ambiente. Terminou dizendo que a indústria e os empresários são mais que bem-vindos mas não pode ser à custa da degradação do ambiente, do mau estar das populações, quando, para mais, Rio Maior optou há já alguns anos pelo desporto tendo o atual Executivo vindo a marcar esse caminho. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 21 DE AGOSTO DE 2015

----- Esclareceu, no que se refere à Escola Profissional de Rio Maior, que as dúvidas existentes acerca do enquadramento da natureza da escola foram agora desfeitas por legislação publicada para o efeito e onde se pode verificar que as escolas profissionais não se enquadram no regime normal das empresas municipais e possui um estatuto especial que em termos financeiros não depende do accionista. Quanto ao financiamento disse que como é do conhecimento geral as escolas profissionais são financiadas pelo POPH/segurança social e que se mantem neste quadro comunitário. Continuou dizendo que houve alguma incerteza aquando da transição para o novo quadro comunitário mas o financiamento vai manter-se e em 2020 outras alternativas serão, com certeza, encontradas para o financiamento do ensino profissional. Terminou dizendo que a Escola Profissional de Rio Maior está muito bem cotada e atingiu este ano a maior população escolar de sempre, o que quer dizer que é uma escola com prestígio no concelho e na região. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a questão da escassez de verbas não se coloca porque para o ano letivo que vai iniciar está salvaguardado o número de turmas e o número de alunos e as questões legais que envolviam as escolas profissionais estão devidamente clarificadas. Deu a palavra ao Diretor Financeiro da Escola Profissional de Rio Maior para algumas considerações acerca do relatório apresentado. -----

----- **DR. BENTES DA SILVA - DIRETOR FINANCEIRO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, LDA., EM** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Fez referência a algumas boas notícias para o ensino profissional, designadamente a publicação da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho que veio esclarecer as dúvidas levantadas pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto no que toca à dissolução das empresas municipais e o aumento da população escolar claramente em contraciclo com a tendência nacional conseguindo fechar três turmas e abrir quatro. Relativamente aos subsídios e à questão da transição disse que a escola foi notificada no sentido de apresentar candidatura ao Programa Operacional do Capital Humano (POCH) para os décimos primeiros e décimos segundos anos, sendo que se espera que os décimos anos venha a ser o mesmo. Reiterou, no entanto, a posição do Vereador Augusto Figueiredo quando diz que os recursos financeiros são escassos. ---

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para referir que, de facto, o modelo criado para a escola profissional e o seu funcionamento levou a que esta fosse considerada uma das dez melhores a nível nacional, mas que tal feito também foi consequência da dimensão das turmas, menores antes, e do financiamento existente. Disse ainda que as exigências atuais e a

redução de financiamento nos últimos anos pode tornar impossível a continuação dos sucessos até agora conseguidos. Para além do elogio ao conselho de gerência pela forma que tem encontrado soluções, pediu que nos fóruns onde estejam presentes alertem que estas não são as condições de funcionamento das escolas profissionais, e do ensino em geral, e que este não foi o modelo escolhido e que não é esta a forma de trabalhar que se pretende. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que chamou sobre este assunto e este projeto devido ao modelo pedagógico das escolas profissionais, que assenta numa relação de proximidade e de construção de aprendizagens em equipa e em cooperação e ao facto de terem já sido retirados 5% do financiamento inicial. Considerou que com o aumento do número de alunos por turma e a redução de financiamento não se pode vir a exigir a capacidade empreendedora e concretizadora até agora demonstrada e que deve ser exigido, por se tratar de uma escola de referência e excelência, que devem ser mantidos os rácios quer no financiamento quer no número de alunos por turma, utilizando esse capital de conhecimento para, junto da tutela, exigir os recursos necessários para manter o nível de qualidade atingido. Terminou dizendo que a sua preocupação reside no facto de o futuro das pequenas localidades e dos pequenos concelhos dependerem da formação dos seus quadros intermédios e do facto destes serem capazes de assumir responsabilidades funcionais de liderança, projeto e concretização local. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para esclarecer que a escola profissional tem tomado as medidas que considera adequadas para fazer face às imposições sem deixar de reivindicar aquilo que considera justo, lembrando que foram feitas mais duas salas, foram aumentadas as oficinas para o dobro, o que permitiu não só manter os equipamento que já havia mas também adquirir novos equipamentos. Reforçou a ideia de que, embora se continue a reivindicar aquilo que se considera justo, a escola não fica parada e vão sendo tomadas as medidas que permitem manter o nível de ensino conseguido. Fez ainda referência à oferta complementar, extracurricular, disponibilizada aos alunos e também a possibilidade de realização de estágios não só em Portugal mas também no estrangeiro com todas as mais-valias que os alunos passam daí retirar. Relativamente ao financiamento, o facto de terem aumentado o número de alunos permite, já que alguns dos custos são fixos, que não tenham diminuído a qualidade do ensino e, antes pelo contrário, venham reforçando essa qualidade porque considera que só assim é que a escola consegue manter o sucesso que tem tido. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Enalteceu as empresas vitivinícolas e vinícolas do concelho foram recentemente distinguidas e afirmou que está mais que confirmada a excelência dos nossos vinhos. Questionou o executivo se, perante isto, equaciona realizar um evento, integrado nas Tasquinhas ou na Frimor por exemplo, que dê mais destaque aos vinhos não só como forma de distinção mas também de comercialização e reconhecimento nacional. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por questionar se existem novidades relativamente à EN 114, a ligação do troço entre a A15 e o Gato Preto. -----

----- No que se refere à questão da saúde considerou que finalmente, em fim de legislatura, o Governo percebeu o estado da saúde e da educação e abriu concursos para médicos e para funcionários para as escolas. Questionou se o executivo tem informações quanto ao número de médicos que possam vir a ser colocados no concelho de Rio Maior e o número de pessoal de ação educativa que eventualmente possam vir a ser colocadas através do Ministério da Educação nas escolas do concelho. -----

----- Referindo-se ao trigésimo aniversário da cidade disse que Rio Maior e os riomaiorenses ainda não foram capazes de valorizar esse facto e que esta comemoração deveria ter maior dignidade no sentido de se criar a sua celebração porque não existem, no concelho de Rio Maior, hábitos de partilha do espaço público, aquilo que é hoje uma questão essencial para a construção de coletividade das comunidades. Disse que não existem festas da cidade, não se comemora os santos padroeiros, e que se torna necessário ir para além da cerimónia e representação institucional, construindo uma consciência coletiva da importância de ser cidade, coisa a que não se assiste. Considerou que, independentemente de ser maioria ou oposição, há que dar um contributo para a reflexão coletiva no sentido de a cidade ter o seu próprio dia e as suas próprias festas, que são hoje constituem um dos principais de focos de atração de visitantes, de desenvolvimento da imagem de marca e, em simultâneo, das economias locais. -----

----- Referiu ainda que se esperava que a cerimónia de colocação do busto em homenagem ao grande empresário que foi Marcolino Nobre fosse a um fim-de-semana permitindo que os próprios trabalhadores da Indústrias Carnes Nobre pudessem estar presentes. Não obstante, afirmou que é bom fazer memória coletiva, que o Senhor Marcolino Nobre está nas antípodas da sua ideologia mas que foi um homem a quem deve muito, com virtudes e defeitos e que da sua memória possa resultar um exemplo de grande capacidade de transformar uma pequena indústria familiar naquilo que é hoje. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por se referir às comemorações da elevação de Rio Maior a cidade e fez um reconhecimento a quem foi capaz de, naquela altura, alterar o estatuto de Rio Maior de vila para cidade, ultrapassando constrangimentos e conseguindo, junto da tutela, criar condições para essa elevação. Considerou que é uma data importante e sugeriu que, no futuro, uma das reuniões de Câmara de agosto fosse marcada para o dia que coincide com a data da elevação e que, associado a isso, a comunidade seja envolvida no processo. -----

----- Relativamente à cerimónia de inauguração do busto em homenagem a Marcolino Sequeira Nobre, agradeceu à Câmara Municipal a concretização da proposta apresentada pelo Dr. Silvino Sequeira e subscrita pelo próprio, mas considerou que pela dimensão humana do homenageado, por aquilo que representou como industrial e também como político, colocando os interesses partidários de parte em prol de Rio Maior, a homenagem feita deveria ter tido lugar em dia mais apropriado e mais divulgada para que, quem quisesse, lhe pudesse fazer o seu reconhecimento também.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Esclareceu desde logo que a Câmara Municipal recebeu autorização da parte do Ministério da Educação para mais um assistente operacional para fazer fase às necessidades educativas especiais do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro. Disse ainda que se aproxima mais um início de ano letivo, este ano em simultâneo com as atividades de apoio à família, atividades essas que estão direccionadas para as crianças do pré-escolar e que foram indicadas pelos agrupamentos de escolas. Este serviço prevê que as crianças alcem nos centros escolares e, como tal foi lançado concurso para o efeito, dando conhecimento do andamento do concurso lançado pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) que teve alguns constrangimentos e impediu que se iniciasse tudo conforme planeado. Continuou dizendo que a situação não vai inviabilizar o fornecimento de refeições no início do ano letivo porque existem outras formas legais de o fazer, mas salientou que num procedimento com a importância deste, tratado por uma entidade como a CIMLT para os onze municípios da Lezíria do Tejo, não se pode admitir tanta preocupação. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que o executivo está consciente dos problemas existentes com a poluição do rio Maior quer dentro da cidade quer na Ribeira de São João, que mais uma vez os técnicos e a fiscalização da Câmara Municipal se deslocaram aos locais e reportaram toda a situação às entidades respetivas, desconhecendo qual o desenvolvimento que

cada uma delas deu à situação e dizendo que se não houve nenhum o lamenta profundamente. Exemplificou a atuação das entidades com uma outra situação sobre a qual a Câmara Municipal fez queixa em junho de 2014 respeitante aos areeiros e que só agora foram pedidos esclarecimentos acerca da mesma e que foram prestados de imediato pelo próprio. Relativamente ainda à poluição do rio Maior disse não estar apurada qual a origem da mesma mas admitiu que se trata de uma situação preocupante. -----

----- Quanto ao procedimento das refeições elaborado pela CIMLT disse lamentar a situação mas que a mesma não é inédita porque também no concurso de aquisição dos seguros existiram problemas. -----

----- Deu conhecimento que esteve na tomada de posse da Associação Académica e Desportiva de Rio Maior a quem felicitou e transmitiu o orgulho em existir um grupo de jovens que se propõem a fazer a união entre as várias coletividades e clubes e relançar as mais diversas atividades desportivas como a ginástica, o andebol, o basquetebol, entre outras. -----

----- Deu conhecimento da presença da Câmara Municipal na cerimónia de entrega de medalhas aos vinhos no âmbito de um concurso a nível mundial que decorreu em Reguengos de Monsaraz e onde o vinho Quinta da Badula foi premiado. Acrescentou que se trata de um dos melhores concursos internacionais onde os produtores não têm qualquer gasto com a participação, que é feito pelo município, e que ainda assim, não obstante os contactos efetuados, apenas o produtor Quinta da Badula participou. -

----- Sobre a EN 114 informou que não se deram mais desenvolvimentos. -----

----- Acerca das comemorações dos 30 anos de elevação de Rio Maior a cidade disse que durante vinte e cinco anos nada foi assinalado e que no anterior executivo foi decidido assinalar-se os vinte e cinco anos e no atual executivo os trinta anos. Disse ainda que todas as sugestões formuladas são válidas mas que na verdade só no anterior executivo esta data começou a ser comemorada. -----

----- Quanto à homenagem ao Senhor Marcolino Nobre, afirmou que efetivamente se trata de uma figura incontornável do concelho, como pessoa e empresário, assim como toda a família Nobre pela obra feita em Rio Maior que até hoje permanece. Quanto à data e o local escolhidos esclareceu que estes não foram impostos pela Câmara Municipal e sim de acordo com a família do homenageado. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu as informações dadas e disse que relativamente à descarga de efluentes no rio Maior sugeriu que fosse identificado concretamente o local onde se verifica com mais frequência as descargas. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que a designação concreta do local não é fácil porque as lamas foram colocadas em terrenos de terceiros junto à central elétrica. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para deixar duas notas de preocupação, uma relativa à atuação das CIM que, em sua opinião, não são mais que plataformas de concursos e negócios não estando, neste momento, ao serviço dos municípios nem ao serviço dos munícipes, revelando-se de pouca utilidade na resolução de problemas sendo, por isso, altura de se pensar na regionalização para que quem lá está seja eleito por sufrágio democrático. A outra nota disse que estava relacionada com o país de “faz de conta” que temos e na sua perplexidade de entidades públicas agirem sobre certas situações com um desfasamento de catorze meses sobre o acontecimento e sobre a denúncia, como foi no caso relatado pelo vereador, levando à desvalorização do papel das autarcas e pior que isso agem como se as autarquias fossem culpadas disso. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente à morosidade das entidades disse que a Câmara cumpriu e fez os procedimentos que tinha que fazer, nomeadamente relativamente à situação do transporte de areias, levantando os autos necessários e aplicando as respetivas coimas. -----

----- Informou que relativamente à EN 114 não houve qualquer evolução desde a última reunião e que se iria tentar agora perceber se está a ser elaborado projeto definitivo. -----

----- Acerca da saúde disse não haver ainda nenhuma notícia oficial sobre a situação, para além da colocação de uma nova administrativa no centro de saúde, mas que se encontra confiante que no mês de setembro a situação irá mudar. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 54/2015 DE 18 DE AGOSTO – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO – UNIÃO DE FREGUESIAS DO OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 54/2015, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 18 de agosto do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão da autorização prévia para efeitos de lançamento de fogo-de-artifício nos dias 21, 22, 23 e 24 de agosto de 2015 em Arruda dos Pisões condicionada ao parecer técnico emitido. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – CERTIDÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA DE PRÉDIOS SITOS EM MARINHAS DO SAL, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE MARIA JOÃO DE ALMEIDA CALADO DA MAIA – PROCESSO Nº 184/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que para os prédios urbanos sítos em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscritos na Conservatória do Registo Predial sob os n.º(s) 4741, 1690 e 1689 e na matriz urbana sob os artigos 5525, 5884 e 5887, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CERTIDÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA DE PRÉDIOS SITOS EM SALINAS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES, SOCIEDADE DE SOLICITADORES, R.L. – PROCESSO Nº 180/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que para os prédios rústicos sítos em Salinas, Freguesia e Concelho de Rio Maior, inscritos na matriz sob os artigos 162, 180 e 187 da Secção DJ, não haverá lugar ao exercício do direito de preferência. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - CERTIFICAR ÁREA CEDIDA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO DE PRÉDIO SITO EM VALE DE ÓBIDOS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOAQUIM JOSÉ MENDES DOS SANTOS – PROCESSO Nº 169/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que foram cedidos 370 m2 para o domínio público do prédio misto, inscrito na matriz rústica sob o artigo 23 da Secção BO, parte, e na matriz urbana sob o artigo 12443, sítos em Vale de Óbidos, Freguesia de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - CERTIFICAR NATUREZA DE CAMINHO QUE ATRAVESSA PRÉDIO SITO EM CHARNECA DO MOINHO DA ORDEM, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO E ÁREA CEDIDA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES, SOCIEDADE DE SOLICITADORES, R.L. – PROCESSO Nº 37/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 63 da secção V, é atravessado pela Estrada Municipal 514, denominada neste local de Rua Moinho de Ordem, que liga a Estrada Nacional 114 - Marmeleira, que é do conhecimento e domínio público e se enquadra no âmbito do artigo 63º da Lei n.º 2110/61, de 19 de Agosto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - CERTIFICAR ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO SITO NA FREGUESIA DE FRÁGUAS, EM NOME DE SANDRA AZENHA, SOLICITADORA LICENCIADA – PROCESSO Nº 178/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que, em face das informações prestadas, existe viabilidade construtiva para o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 310 da Freguesia de Fráguas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM RUA DO PAU TORTO, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES, EM NOME MARIA MANUELA CUNHA DA SILVA – PROCESSO Nº 188/2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para os prédios rústicos, sito em Courela ou Courelas, na Freguesia da União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscritos na matriz sob o artigos 106, 107, 108, 109 e 110 da Secção 1D, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o actual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM CASAL DO BREJO OU ESCUSA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO, EM NOME MARIA MANUELA CUNHA DA SILVA – PROCESSO Nº 189/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Casal do Brejo Escusa, na Freguesia da União das Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João, inscrito na matriz sob o artigo 26 da Secção G, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o actual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX - VISTORIA PARA DETERMINAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, EM PRAÇA DA REPÚBLICA, N.º 44 E RUA DA NAZARÉ, N.º 5, NA FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOÃO CARLOS PRUDÊNCIO DUARTE - PROCESSO Nº 2/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é determinar o nível 2 – estado de conservação mau, para o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 3775/19950321 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 11708 da freguesia de Rio Maior, sito em Praça da Republica nº 44 – 1º andar e Rua da Nazaré nº 5 – 1º andar.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X - PLANO DE PORMENOR E DE SALVAGUARDA DAS MARINHAS DO SAL - ARQUIVAMENTO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA APROVADOS ATRAVÉS DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 21/7/2010** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é arquivar os termos de referência aprovados através de deliberação de câmara de 21.07.2010 e dar conhecimento à CCDRLVT, ao PNSAC e ao IGESPAR desse mesmo arquivamento.---

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Iniciou, desde logo, por solicitar que lhe fosse esclarecida a afirmação constante na informação de que a população da zona envolvente ao plano não aceitou a pré-proposta apresentada pela Câmara Municipal, por considerar que este é um dado importante e decisivo. Questionou também acerca dos restantes motivos apresentados, designadamente a natureza do plano e a área definida e se existe trabalho desenvolvido pelas equipas da Câmara Municipal sobre estas duas particularidades e se sim, qual o nível de desenvolvimento, nomeadamente se já existem alguns pareceres das entidades. Ainda relativamente à definição da calendarização e das equipas intervenientes, admitiu que a primeira está obviamente desajustada em relação ao ano de 2010, à alteração do novo quadro comunitário e de outras normas imperativas e relativamente às equipas intervenientes questionou que alterações significativas é que existiram. Deixou ainda a interrogação se sendo deliberado o arquivamento deste procedimento nos termos propostos, quais são as verdadeiras implicações já que, pelo que pode apurar, o próprio Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) adequou o seu plano para poder contemplar algumas das intervenções previstas na pré-proposta. Por fim, questionou se este arquivamento revela que não existe capacidade para a sua execução ou se, por outro lado, estão previstas outras intervenções ou outra estratégia para o *ex libris* de Rio Maior. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Interveio para esclarecer que este plano teve o seu início em 2006 como Plano de Pormenor das Salinas e que em 2010 foi constituída uma equipa interna, elaborados novos termos de referência para um plano de salvaguarda, realizadas reuniões com várias entidades, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR). Referiu que a equipa interna definida na altura está hoje reduzida por circunstâncias várias, designadamente o facto de muitos dos técnicos que dela faziam parte já terem cessado funções na autarquia e que desde a aprovação dos termos de referência feitos internamente em 2010 até ao dia de hoje não foi feito rigorosamente mais nada. Relativamente à oposição da população esclareceu que, para além da área ser demasiado abrangente podendo inviabilizar candidaturas aos fundos comunitários, entretanto o IGESPAR oportunamente publicou a área de proteção 50 metros às salinas, dificultando a concretização da pré-proposta porque esta assentava numa peça fundamental que era a abertura de uma nova via paralela à estrada que passa entre as casas de madeira. Disse que na altura foi feita

uma apresentação pública e as pessoas se manifestaram contra à ideia de se abrir ali uma estrada, havendo, inclusive, pessoas que já tinham construções feitas e que teriam que ser demolidas para passar a estrada. Afirmou que, em seu entender, qualquer plano, onde quer que seja, tem que ser feito com a população e não contra a população e que, perante a situação, o executivo pensou em redefinir a área de intervenção, que não aparece ainda porque há-de ser aquilo que vai constar na elaboração dos novos termos de referência e do novo plano. Disse ainda que o plano do PNSAC, contrariamente ao que disse o vereador que o antecedeu na intervenção, é que influenciou a proposta do plano de pormenor e alterou as decisões e que foram também consideradas as pretensões da cooperativa dos salineiros e dos produtores na certificação do sal e que, para tal acontecer, o trânsito terá que ser retirado da estrada onde passa atualmente devido à poluição, tendo já havido reuniões preparatórias com o PNSAC, que aceitou a possibilidade de ser aberta uma estrada entre as salinas e Rio Maior na estrada de terra que passa junto à nova salina, com cinco a sete metros, e que iria permitir que o trânsito deixasse de circular dentro das salinas e como o vento normalmente está norte a poluição seria mandada para o lado de Rio Maior, conformando a ideia subjacente à alteração, que é deixar de circular trânsito em toda a via que passa nas salinas sobretudo no período da safra. Terminou dizendo que esta é a alteração mais significativa, porque o parque inicialmente não aceitava a abertura desta nova via, mas que perante estas novas circunstâncias e com a hipótese de poder vir a haver candidaturas aos fundos comunitários se deve redimensionar o plano. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que os esclarecimentos dão bem a noção das dificuldades que têm sido sentidas para valorizar um património que é o *ex libris* de Rio Maior e questionou se o se, em face dos esclarecimentos, já não há capacidade instalada para fazer o plano internamente e se esta elaboração será entregue a uma empresa. Disse que fazia esta questão porque a Coligação Democrática Unitária (CDU) defende a administração direta e que, nos momentos de crise, a boa gestão vai no sentido de potenciar todos os recursos humanos existentes. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Agradeceu as informações prestadas sobre o processo que mostram claramente as dificuldades de avançar com o plano de pormenor e disse que há que perceber porque é que foi apontada, aos executivos anteriores, tanta dificuldade em avançar e perceber claramente que as Marinhas do Sal são uma zona classificada da tutela do Ministério do Ambiente através do PNSAC e são propriedade privada e que conciliar todos os interesses, privados, turísticos, económicos, etc., não é fácil. Disse ainda que

percebeu quando se optou pela transformação do plano de pormenor num plano de salvaguarda, mas que alertou, nessa altura, que esse caminho poderia vir a ser infrutífero pela complexidade e a quantidade de intervenientes no processo. Indicou o sentido de voto como favorável porque considera que este processo tem o intuito de procurar um caminho alternativo e que é obrigação dos autarcas procurar soluções. Deixou, no entanto, a reflexão de que aquilo que é necessário nesta situação é a definição da área envolvente e a sua articulação com os interesses que existem no local e com as entidades que os representam. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que por mais voltas que se tente dar em relação à questão dos interesses das populações, mesmo com a maioria a ter reprovado o projeto da CDU de classificar as Marinhas do Sal como de interesse nacional, enquanto não ficar claro o interesse superior do local, os interesses privados, as pressões, os interesses egocêntricos e as ameaças vão sempre predominar e a defesa desses interesses nem sempre é a mais justa ou a mais correta. Questionou, concretamente, qual é o passo seguinte neste processo porque o seu sentido de voto vai depender daquilo que se prevê fazer de seguida. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Reafirmou que o plano inicial era demasiado ambicioso e entrou em rutura com as populações locais, que a equipa inicial está esvaziada e que para além de não ter capacidade para proceder à elaboração do plano, não se vai, no seu entender, pôr uma equipa que foi rejeitada pelo trabalho feito em confronto direto com a população. Acrescentou ainda que neste momento a parte das obras particulares e planeamento está muito desfalcada e que não há meios humanos disponíveis, não por falta de capacidade mas por falta de tempo, como é prova o insistente pedido de reforço urgente para se conseguir dar resposta naquela área, o que com uma maior sobrecarga irá diminuir grandemente o já escasso poder de resposta a todas as solicitações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções, da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores e do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Votei favoravelmente a proposta apresentada no pressuposto de que será redefinida uma nova área de intervenção e aprovados novos termos de referência.” ----

----- **PONTO XI - FEIRA NACIONAL DA CEBOLA – FRIMOR 2015 - PATROCÍNIOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a arrecadação de verba num total de 14 815,00€ (catorze mil oitocentos e quinze euros) referente a patrocínios no âmbito da realização da Feira Nacional da Cebola – FRIMOR 2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou a razão de o montante ser inferior ao do ano passado. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que não tendo consigo o montante preciso se trata de uma diferença na ordem dos cem euros sendo que o valor mais alto é o da UNICER, idêntico para as Tasquinhas e para a Frimor e repartido pelas duas feiras. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO FÍSICO CULTURAL DA RIBEIRA DE SÃO JOÃO PARA REALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DO CIRCUITO DE CICLISMO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio financeiro no valor de 1 500,00 € (mil e quinhentos euros) à Associação Físico Cultural da Ribeira de São João.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que este é um bom exemplo de como as coletividades podem assegurar atividades com valores baixos e que ninguém faz um circuito desta natureza com um valor destes, o que significa que este tipo de intervenções e parcerias devem dar frutos e devem polarizar-se pelo concelho inteiro. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que a estimativa de custos da prova é de cerca de três mil euros e tal como em anos anteriores a Câmara Municipal suporta 50% uma vez que está incluído no programa da Frimor. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII - MINUTA DO CONTRATO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA AUTOMÁTICA MULTIBANCO DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DE ALCOBAÇA NO EDIFÍCIO POLIVALENTE COM FUNÇÕES CÍVICAS, LÚDICAS E SOCIAIS, SITO NA PRAÇA DO COMÉRCIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que a Câmara Municipal

avoque a competência delegada na sua Presidente e, ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta do contrato a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcobaça, relativo à cedência de espaço para instalação de uma caixa automática multibanco (ATM) no Edifício Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e Sociais, sito na Praça do Comércio.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou porque é que é a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcobaça. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Rio Maior está agregada à de Alcobaça e daí o contrato ser celebrado com aquela entidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV - MERCADO DIÁRIO – PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA DE BANCAS E LOJAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o procedimento em Hasta Publica, a abertura do respetivo procedimento e aprovação do programa de concurso e a constituição da comissão de análise de propostas com os seguintes elementos: Presidente - Henrique Manuel Morais Granada, Dirigente do GJCP; Vogal - Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Unidade; Vogal Suplente - Ana Cristina Martinho Gaspar da Costa Aguiar, Coordenadora Técnica; Vogal Suplente - Jorge Fróis Colaço, Chefe de Unidade.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV - LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE PASSEIO DESPORTIVO EM NOME DO CLUBE MOTARD MONTANELAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido para a realização de passeio desportivo, denominado "Summer Party Montanelas 2015", a realizar no dia 30 de agosto de 2015, condicionado ao cumprimento das disposições legais aplicáveis e pareceres emitidos, bem como autorizar a isenção do pagamento das taxas devidas, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGUROS** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é emitir parecer prévio vinculativo à contratação de seguros mencionados na informação nº. 103/2015 da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Patrimônio, ao abrigo do disposto do nº. 12 do artigo 75º da Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII - ANULAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO SE SEGUROS** -----

----- A Presidente da Câmara explicou que se trata de um assunto que é da sua competência, que lhe foi delegada pela Câmara Municipal a 4 de outubro de 2013 e colocou à consideração que o ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, renumerando-se os pontos seguintes. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII - POVT-12-0154-FCOES-000211 - AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE RIO MAIOR - RIO MAIOR, MARMELEIRA E MALAQUEIJO - DECISÃO FAVORÁVEL DE FINANCIAMENTO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL A CONFIRMAR A NÃO COBRANÇA DE DESPESAS COM RAMAIS DOMICILIÁRIOS AOS UTILIZADORES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é tomar conhecimento da comunicação em referência, reiterando a posição tomada em sede de aprovação do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, de que a instalação dos ramais de ligação é da responsabilidade da entidade gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição e confirmar que, no âmbito desta operação, não houve nem haverá lugar à cobrança de despesas com ramais domiciliários aos utilizadores. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVIII - LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DESPORTIVA EM NOME DE ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DE SANTARÉM** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido para a realização de prova desportiva, denominada “Circuito de Ciclismo de Rio Maior” a realizar no dia 30 de agosto de 2015, condicionada ao cumprimento das disposições legais aplicáveis e pareceres emitidos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____